

Deficientes sem acessos no tribunal

As obras que dotariam o Tribunal de acesso para deficientes terminaram em Julho, mas o elevador não passou na vistoria e a entrada na principal sala de audiências, no 1.º andar, continua a ser impossível para deficientes motores.

O elevador, construído de raiz no átrio do edifício, apurou o JN junto de fonte judicial, reprovou na vistoria técnica, pelo que não está a funcionar. Agora, o empreiteiro da obra, a cargo do Ministério da Justiça, está a tentar solucionar o problema, que persiste desde finais de Julho.

"A informação que tenho é que, de facto, não funciona, mas haveria já uma altura prevista - breve - para resolver o problema", afirmou a representante da Ordem dos Advogados, Maria José Regufe.

Também o presidente da Câmara de Vila do Conde, Mário Almeida, disse ter sido alertado para o problema. A obra não está a cargo do Município mas, ainda assim, recebeu do Tribunal a promessa de que tudo estaria resolvido em breve.

A verdade é que, ao que o JN apurou, o Tribunal decidiu mudar-se para o renovado edifício considerando estarem reunidas as condições mínimas, mas sabendo que o elevador não estaria a funcionar e que o ar condicionado, devido a um problema de potência insuficiente no contador da EDP, também não poderia ser utilizado.

A contar com as eleições - e com o conseqüente aumento de volume de trabalho com a entrega das listas -, bem como com a paragem em Agosto para férias judiciais, o final de Julho foi visto como ideal para realizar a mudança do Mosteiro de Santa Clara de volta ao edifício-sede.

O problema do contador, soube ainda o JN, deverá ser resolvido em breve, mas o elevador, ao que parece, poderá continuar sem funcionar durante mais algum tempo, até que sejam feitas as alterações impostas na vistoria.

O Tribunal, recorde-se, esteve entre Setembro de 2008 e Julho último, provisoriamente instalado no Mosteiro de Santa Clara, a fim de se realizarem as obras no edifício-sede, inaugurado em 1972 e sem nunca ter recebido obras de fundo.

Os trabalhos, que arrancaram mais de dois anos depois do previsto, estavam orçados em 1,8 milhões de euros. A empreitada englobava a construção de duas novas salas - uma sala de audiência e uma sala polivalente para diligências do Ministério Público -, a reestruturação de todo o sistema de cablagem - água, ar condicionado, informática e electricidade -, bem como a adaptação das instalações para o acesso a deficientes, com a colocação de rampas e elevador e a construção de casas de banho adaptadas.

O JN tentou ouvir o Ministério da Justiça sobre o caso, mas tal não foi possível em tempo útil.